

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.000.768 - RS  
(2016/0272921-4)**

**RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**  
**AGRAVANTE : FUNDAÇÃO ATLÂNTICO DE SEGURIDADE SOCIAL**  
**ADVOGADO : FABRICIO ZIR BOTHOME E OUTRO(S) - RS044277**  
**AGRAVADO : NAIR NIEDERAUER FILLIPPI - ESPÓLIO**  
**ADVOGADOS : GUILHERME CRIVELLARO BECKER E OUTRO(S) - RS047816**  
**RICARDO MUNARSKI JOBIM - RS047849**

### **DECISÃO**

Trata-se de agravo interno interposto por Fundação Atlântico de Seguridade Social contra decisão mediante a qual o Presidente do Tribunal não conheceu do agravo, por considerar que "verificar a existência de erro de fato suficiente para acarretar a rescisão do julgado transitado em julgado depende do exame do conjunto fático-probatório dos autos" (Súmula 7/STJ).

Impugnação do agravado às fls. 1.147.1.165.

Diante dos argumentos da agravante, reconsidero a decisão agravada e passo a examinar o agravo interposto contra decisão que não admitiu recurso especial manejado em face de acórdão assim ementado:

**AÇÃO RESCISÓRIA. PREVIDÊNCIA PRIVADA. FUNDAÇÃO ATLÂNTICO DE SEGURIDADE SOCIAL. ERRO DE FATO. INEXISTÊNCIA. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. VIA PROCESSUAL INADEQUADA.**

1. Transitada em julgado a sentença, opera-se o efeito da coisa julgada material, nos termos no art. 467 do CPC. Nessa fase, o *decisum* tornando-se imutável e indiscutível, abrangido pelo manto da *res iudicata*, requisito essencial, atendido no caso em tela, para propositura da ação rescisória.

2. No entanto, poderá ocorrer algum vício ou nulidade na sentença passível de reexame. Dessa forma, o legislador pátrio disponibilizou a parte prejudicada a ação rescisória, a fim de evitar a injustiça causada pela decisão imutável, a qual é passível de revisão em decorrência de vício insanável, cuja ciência ocorreu após a prolação daquele ato judicial.

3. Contudo, somente em casos extremos existe a possibilidade de rescindir uma sentença sob o pálio da coisa julgada material, ante a necessidade de conservação das decisões judiciais para a manutenção da paz social.

4. No caso em tela, pelo que se depreende das alegações contidas na

exordial, a parte postulante limita a causa de pedir ao fato de que o acórdão rescindendo infringiu o disposto no artigo 485 IX, na medida em que incorreu em erro de fato na análise da prescrição.

5. Entretanto, não merece acolhida a tese de erro de fato na análise da prescrição, porque implementado lapso temporal superior a cinco anos entre a data do pagamento da reserva de poupança e o dia do ajuizamento da ação na qual foi proferida a decisão rescindenda. Isto porque não se estaria diante de um erro de fato (eventualmente poder-se-ia cogitar violação à literal dispositivo de lei), bem como pelo fato da prescrição não atingir o próprio fundo do direito, limitando-se às parcelas vencidas antes do quinquênio do ajuizamento da ação, como bem destacado na decisão rescindenda.

6. Ademais, não há que se aplicar aos fatos narrados na inicial as hipóteses de incidência da norma legal precitada, na qual está lastreada pretensão, ou seja, a existência de erro de fato, ao contrário, a matéria em discussão foi controvertida e objeto de deliberação judicial, portanto, inexistente a tipificação legal que autorize um juízo de rescisão da matéria abarcada pela coisa julgada material.

Ação rescisória julgada improcedente.

Embargos de declaração rejeitados (fls. 1.028.1036).

Nas razões do especial, sustenta a ora agravante, em suma, violação ao art. 485, inc. IX, do Código de Processo Civil de 1973, sob o argumento de que o "acórdão rescindendo, ao afastar a prescrição quinquenal alegada pela Fundação, foi admitido fato inexistente, na medida em que o Julgador tratou a pretensão veiculada na ação ordinária como sendo de mero pagamento (integração) de parcela, como se houvesse relação jurídica continuada entre as partes, sem se manifestar sobre o fato incontroverso nos autos de que, na verdade, o pleito autoral ordinário era de restabelecimento de situação jurídica extinta há mais de uma década pelo desligamento e resgate operado pela Sra Benita".

Assim delimitada a questão, observo, inicialmente, que a decisão agravada foi publicada depois da entrada em vigor da Lei 13.105 de 2015, estando o recurso sujeito aos requisitos de admissibilidade do Código de Processo Civil de 2015, conforme Enunciado Administrativo STJ 2/2016.

Verifico que o Tribunal de origem, a partir do detido exame das provas dos autos, julgou improcedente a ação rescisória por considerar que o acórdão

rescindendo, ao afastar a prescrição do fundo de direito, examinou a distinção repisada pela ora agravante, por considerar que, no caso concreto, o direito ao recebimento dos proventos de complementação de aposentadoria constitui obrigação de trato sucessivo, como se observa nas seguintes passagens do voto condutor do acórdão recorrido (fls. 994 e 1.000-1.004):

Com relação à prescrição, verifica-se dos elementos constantes na ação originária, que a parte autora sustentou o seu direito à complementação de sua aposentadoria, uma vez que o INSS reconheceu seu tempo de serviço de 31 anos, 11 meses e 26 dias, tendo preenchidos os requisitos constantes do Regulamento do plano de benefícios.

Por sua vez, o acórdão rescindendo julgou procedente o pedido para reconhecer a nulidade do ato de opção pelo resgate dos valores atinentes à reserva de poupança, condenando a ora autora ao pagamento de benefício de complementação de aposentadoria retroativamente a cinco anos do ajuizamento da ação.

(...)

Assim, adoto integralmente os argumentos deduzidos pelo culto Procurador de Justiça José Barroco de Vasconcellos, inclusive como razões de decidir, os quais, de sorte a evitar desnecessária tautologia, são transcritos a seguir:

**DEVE SER JULGADA IMPROCEDENTE A AÇÃO RESCISÓRIA.**

Na espécie, busca a autora rescindir o acórdão proferido pela 6ª Câmara Cível na ação ordinária que julgou procedente o pedido de complementação de aposentadoria do INSS, retroativamente a cinco anos do ajuizamento da ação, descontados os valores levantados a título de reserva de poupança. Para tanto, sustenta a existência de erro de fato, uma vez que a Sra. Benita não era mais mantenedora -beneficiária da ora autora desde 12 de dezembro de 1.995, quando optou por resgatar a reserva de poupança (total de contribuições vertidas ao plano de benefícios), tendo ajuizado ação visando o reingresso ao quadro associativo da Fundação apenas em 19 de janeiro de 2.006.

Todavia, observa-se que a questão atinente à prescrição já foi objeto de análise no feito rescindendo que, em razão da natureza pessoal do contrato havido entre as partes e da alegação de que a Sra. Benita fora induzida a erro, considerou

equivocado o procedimento adotado pela ora autora, que, à época do desligamento da beneficiária ofertou-a apenas o resgate da poupança. Assim, aplicou a prescrição quinquenal, afastando a tese defensiva de prescrição do fundo de direito, donde se extrai:

"O caso em exame versa sobre relação jurídica adstrita ao campo de direito obrigacional, decorrente de contrato de benefício previdenciário atinente às vantagens daí decorrentes, cuja prescrição, relativas às parcelas líquidas que devem integrar aquelas, como a devolução de valores recolhidos indevidamente, a serem satisfeitos pela previdência privada fechada, é quinquenal, a teor do que estabelece o art. 75 da Lei Complementar nº 109/2001, a seguir transcrito:

"Art. 75. Sem prejuízo do benefício, prescreve em cinco anos o direito às prestações não pagas nem reclamadas na época própria, resguardados os direitos dos menores dependentes, dos incapazes ou dos ausentes, na forma do Código Civil".

Note-se que o termo inicial para retrotrair o lapso prescricional de cinco anos é a data da distribuição da ação que objetiva ver reconhecido aquele direito, de sorte que eventual parcela devida em período anterior a este interregno de tempo seria atingida por este lapso prescricional, impossibilitando o exercício da pretensão.

Para tanto, tem-se a Súmula nº 291 do Superior Tribunal de Justiça, in verbis:

"A ação de cobrança de parcelas de complementação de aposentadoria pela previdência prescreve em cinco anos." O contrato de que trata este feito, como dito, é de natureza pessoal, e a lide tem por objeto o benefício previdenciário, sendo que o prazo prescricional para esta espécie de relação jurídica é o quinquenal.

Por tais motivos, acolhe-se a prejudicial em questão, no que tange às parcelas anteriores a cinco anos do ajuizamento do feito." (acórdão, fls. 31 a 32).

Assim, é inarredável que se travou discussão sobre as questões indicadas na inicial como motivadoras da rescisão do acórdão, tendo este sido específico a respeito delas. Em assim sendo, "é impossível a rescisão de sentença, com fundamento no CPC 485 IX, se o fato em torno do qual teria ocorrido erro foi objeto de controvérsia ou pronunciamento judicial no processo de que resultou a decisão rescindenda (CPC 485

parágrafo 2º)", consoante entendimento manifestado no Superior Tribunal de Justiça (nota 21 ao artigo 485, CPC de Nelson Nery Júnior).

Logo, não merece trânsito a tese de erro de fato na análise da prescrição, porque implementado lapso temporal superior a cinco anos entre a data do pagamento da reserva de poupança e o dia do ajuizamento da ação na qual foi proferida a decisão rescindenda. A um, porque não se estaria diante de um erro de fato (eventualmente poder-se-ia cogitar violação à literal dispositivo de lei), a dois, pelo fato da prescrição não atingir o próprio fundo do direito, limitando-se às parcelas vencidas antes do quinquênio do ajuizamento da ação, como bem destacado na decisão rescindenda.

Atinente à suposta ciência da Sra. Benita acerca do cancelamento de sua inscrição como sócia da Fundação quando efetivado o resgate, e a ausência de conhecimento, por parte da ora autora, de que a beneficiária já havia completado tempo suficiente para se aposentar em 12 de dezembro de 1.995, também já houve pronunciamento judicial sobre os temas. E, neste particular, merece destaque trecho da sentença lançada pelo Dr.

Régis Adil Bertolini, Juiz de Direito, que analisou com acuidade a situação fática, em especial o fato da Sra. Benita ter sido aposentado em 13 de julho de 1.995 pelo INSS, quando ainda era funcionária da CRT. Disse:

"A ação tem por objetivo a condenação da instituição demandada em ressarcir a autora com a complementação de sua aposentadoria e, nesse ponto, tenho que razão assiste-lhe.

A documentação acostada pelo INSS nas folhas 247-253 deixa claro que a autora foi aposentada com 31 anos, 11 meses e 26 dias de serviço.

Por sua vez, o vínculo empregatício com a CRT perdurou por mais de 10 anos, como confirmado pela demandada na folha 83.

Sendo a demandante participante -fundadora (fl. 83), restam, dessa forma, satisfeitos os requisitos do artigo 23 do Regulamento editado em 25/05/1980 (Portaria MPS nº 2142), vigente na data do desligamento.

'Art.23. A suplementação da aposentadoria por tempo de serviço será concedida ao participante -fundador que a requerer com pelos menos 10 (dez) anos de serviços prestados

à patrocinadora e 35 (trinta e cinco) anos de vinculação à previdência oficial, se do sexo masculino, ou 30 (trinta) anos de vinculação à previdência oficial, se do sexo feminino, desde que lhe tenha sido concedida a aposentadoria por tempo de serviço, correspondente àquele tempo de vinculação'.

Sinale-se, ainda, ter a autora alegado que foi induzida a erro, circunstância não demonstrada nos autos. O documento juntado na folha 141, todavia, comprova que a ré possibilitou à demandante a continuidade no pagamento das mensalidades. Daí conclui-se que não lhe foi possibilitada a complementação da aposentadoria, visto que a instituição demandada entendia, e entende, que não tinha a autora direito ao benefício quando de seu desligamento da CRT.

Evidenciado, dessa forma, o prejuízo da autora, em razão da única proposta que lhe foi ofertada (resgate da poupança), motivo pelo qual deverá ser ressarcida, permanecendo vinculada à ré, com direito a receber o benefício de complementação de aposentadoria, bem como as parcelas vencidas, retroativamente a cinco anos do ajuizamento desta ação, descontados os valores levantados a título de reserva de poupança." (Sentença, fls. 346 a 348).

Ademais, mesmo que não tivesse havido o pronunciamento acerca da matéria, não lograria êxito a autora, pois, como é sabido, nos casos em que há erro de fato é necessário que se tome por verdadeiro fato inexistente. No entanto, isso não ocorreu, haja vista que a complementação de aposentadoria buscada pelo ora réu correspondia ao período em que a Sra. Benita figurava como mantenedora -beneficiária da ora autora, principalmente se levado em consideração que a aposentadoria oficial se deu em julho de 1.995.

Todavia, infere-se que a pretensão da autora consiste meramente em obter o reexame de matéria já debatida nos autos em que foi proferida a decisão rescindenda e que foge ao alcance da ação rescisória, na qual se visa a desconstituir, em essencial excepcionalidade, as decisões judiciais nos contornos delineados pelo artigo 485, do Código de Processo Civil. A rescisória não tem objetivo de corrigir amplamente a má aplicação do direito, pois, no interesse público, a coisa julgada fala mais alto.

Portanto, no caso em tela, entendo que a matéria já foi

suficientemente analisada no acórdão rescindendo, sendo que os argumentos deduzidos pela parte postulante não trazem qualquer possibilidade de rescisão do julgado pela completa ausência de previsão legal.

(...)

Note-se que não há que se aplicar aos fatos narrados na inicial as hipóteses de incidência da norma legal precitada, na qual está lastreada pretensão, ou seja, a existência de erro de fato, ao contrário, a matéria em discussão foi controvertida e objeto de deliberação judicial, portanto, inexistente a tipificação legal que autorize um juízo de rescisão da matéria abarcada pela coisa julgada material.

(...)

Dessa forma, não há qualquer liame jurídico que dê sustentação a pretensão deduzida, pois a ação rescisória não é o meio adequado para rever a controvérsia já apreciada e com trânsito em julgado, o que leva necessariamente à improcedência da ação.

Diante disso, a alteração dessa conclusão demandaria o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, procedimento vedado no âmbito do recurso especial (Súmula/STJ).

Ainda que esse óbice pudesse ser superado, observo que o entendimento do acórdão recorrido encontra-se em consonância com a orientação do STJ, no sentido de que a ação rescisória não é a via adequada para corrigir suposta injustiça da decisão, apreciar má interpretação dos fatos, ou reexaminar as provas produzidas nos autos. Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO RESCISÓRIA. ERRO DE FATO. NÃO OCORRÊNCIA. INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE. LAUDO PERICIAL DEVIDAMENTE ANALISADO PELO MAGISTRADO. NOVO EXAME DE DNA QUE NÃO OFERECEU CERTEZA. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO CONFIGURADO. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

1. Na origem, tem-se ação rescisória visando rescindir sentença prolatada em ação de investigação de paternidade, com fundamento em suposto erro de fato, porquanto ignorada a prova técnica (laudo do exame de DNA) que excluía a paternidade do falecido.
2. Segundo o entendimento desta Corte Superior, "a ação rescisória

fundada em erro de fato, com fundamento no art. 485, IX, do CPC, pressupõe que a sentença admita um fato inexistente ou considere inexistente um fato efetivamente ocorrido, sendo indispensável, em ambos os casos, que não tenha havido controvérsia, nem pronunciamento judicial a esse respeito" (REsp 1.482.955/MG, TERCEIRA TURMA, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, DJe de 21/10/2014).

3. Não se verifica erro de fato quando a prova pericial foi devidamente analisada pelo magistrado. Embora desconsiderado o laudo pericial elaborado com material genético dos avós, excluindo o vínculo biológico entre estes e a investigante, a prova técnica foi devidamente apreciada na sentença rescindenda e sobre ela emitido pronunciamento judicial específico.

4. Novo exame de DNA, realizado no âmbito da ação rescisória, com a exumação do pai falecido, cujo resultado também ofereceu dúvida quanto à paternidade biológica, dada a degradação do material genético.

5. Não merece ser rescindida sentença que declarou a paternidade, independentemente do resultado genético duvidoso, em prol da relação socioafetiva, por se entender fartamente demonstrada nas provas produzidas, tendo havido pronunciamento judicial expreso sobre a matéria controvertida.

6. A ação rescisória não é o meio adequado para corrigir suposta injustiça da decisão, apreciar má interpretação dos fatos, ou reexaminar as provas produzidas ou complementá-las, nem o recurso especial é a via própria para rever questão referente à caracterização de erro de fato capaz de ensejar a ação rescisória, se houver necessidade de avaliar fatos e provas.

7. Divergência jurisprudencial não demonstrada, porquanto não evidenciada a similitude fática entre os paradigmas e o acórdão vergastado.

8. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 886.089/RS, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, DJe de 24.10.2016)

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO RESCISÓRIA. PRETENSÃO DE REJULGAMENTO DE MATÉRIA JÁ DECIDIDA. FALSIDADE DA PROVA. SÚMULA N. 7 DO STJ. AGRAVO IMPROVIDO.

1. O recurso especial não é sede própria para rever questão referente à existência de erro de fato capaz de ensejar a ação



# *Superior Tribunal de Justiça*

rescisória na hipótese em que seja necessário reexaminar fatos e provas. Aplicação da Súmula n. 7/STJ.

2. Agravo regimental improvido.

(AgRg no REsp 1.519.770/BA, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, DJe de 8.4.2016)

Tem aplicação, pois, o enunciado da Súmula 83/STJ.

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de abril de 2020.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI  
Relatora